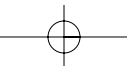
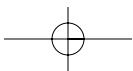
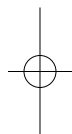
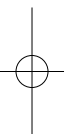


# DOSSIÊ AMÉRICA LATINA





## O PERFIL MULTIFACETADO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS *Maria Helena Passos\**



A 18,4 mil quilômetros de casa, Jose Eliseo Rocamora cismava consigo mesmo, no Auditório do Sesc Vila Nova, em São Paulo, na tarde de quarta-feira, 27 de maio de 2008. Dentro de dois dias, estaria de volta a Manila. E o que diria por lá sobre a situação atual dos movimentos sociais e organizações não governamentais da América Latina?

Neste canto do globo, vários governos progressistas assumiram o poder na última década em um processo digno de fazer inveja à maior parte das nações asiáticas tradicionalmente pouco afeitas à participação popular e a arroubos democráticos. Mas as conquistas sociais, a participação cidadã e democrática, a interação com governos, a articulação internacional, a influência decisória e a própria interação das ONGs, movimentos populares e partidos políticos progressistas teriam acompanhado a contento essa mudança de mãos nos governos das nações latino-americanas?

---

\* *Jornalista, diretora da Papier Brasil.*

Representante no Sudeste Asiático da Logolink, uma rede de organizações não governamentais e instituições de pesquisa dedicadas a ampliar a participação da cidadania em governos locais, Rocamora, pesquisador associado do Institute for Popular Democracy nas Filipinas, não escutou nada que lhe permitisse uma conclusão precisa e abrangente, sequer consistente, nos quase dois dias de exposições e debates a que assistira na Conferência Internacional Democracia e Desenvolvimento na América Latina.

Promovido por entidades não-governamentais — como a Fundação Friedrich Ebert, a Associação Latino-americana de Organizações Latino-americanas de Promoção ao Desenvolvimento (ALOP) e a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), bem como pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República do Brasil —, o evento expôs, mais que tudo, um momento de difusa e um tanto rarefeita ebulição dos movimentos sociais e políticos disseminados pelo continente latino-americano.

Um momento que se assemelha ao do caldo quando começa a ferver. As bolhas irrompem em dimensões e instantes distintos, maiores ou menores, apontando para direções variadas dentro da panela. Nada que permita prever com segurança que o cozimento dos ingredientes resulte em alimento apetitoso. Sobretudo se for levada em conta a possibilidade de faltar gás para o fogo que alimenta o processo.

Mas mesmo que não falte gás, como imaginam alguns, a questão subsiste. O fato é que os eventos pontuados por mobilizações de rua, reivindicações junto ao poder público, ações diretas locais e específicas sobre a realidade social, conquista de plebiscitos formais e, até mesmo, a instalação de assembléias constituintes para “refundar” Estados, ao pipocarem aqui e ali pela América Latina, conformam um retrato multifacetado.

Um retrato que as lideranças de tais atores sociais — intelectuais ou não — ainda têm dificuldade de interpretar, no dizer de Sivio Caccia Bava, sociólogo que acumula a presidência da ALOP com a coordenação do Pólis-Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, entidade dedicada a atuar em políticas públicas e desenvolvimento local. Movimentos sociais, ONGs e partidos políticos parecem viver na América Latina breves momentos de encontro. Eles são entremeados por longos períodos e espaços de ausência e desencontro. Agenda comum entre tais atores é algo que sequer se esboça a esta altura.

Assim, a cisma de Rocamora fazia todo sentido diante dos debates presenciados, que reuniram na conferência representantes do Uruguai, México, Colômbia, Peru, Paraguai, Brasil, Costa Rica e Argentina. Difícil de explicar essa cisma por aqui, que dirá frente a militantes filipinos, tão pouco afeitos à realidade latina. Sobretudo porque a aparência favorável do pano de fundo sobre o qual emergiu esse capcioso retrato encobre um componente desalentador.

É que, para que se registrasse um modesto avanço da redução da pobreza entre 1980 e 2006 na América Latina foi necessário esforço maior do que a adoção de políticas públicas de governo: um contingente de 25 milhões de latino-americanos migrou para outras regiões do globo e mandou significativo aporte de dinheiro para casa. Dados coletados em 2004 pelo Fondo Multilateral de Inversiones, organismo do Banco Interamericano de Desenvolvimento, acusam o envio de US\$ 26 bilhões somente a partir dos Estados Unidos, montante do qual o México é o destinatário de quase 40%.

Tal é o ponto de partida das avaliações da ampla pesquisa *América Latina 2006-2007 — As relações entre movimentos sociais, Ongs e Partidos Políticos na América Latina, uma visão a partir da sociedade civil*, realizada pela ALOP junto a 125 líderes de organizações e movimentos de 17 países do continente a respeito das mobilizações ocorridas em 2006.

De 136 milhões de pobres em 1980, os latino-americanos passaram a incluir nesta categoria, cerca de um quarto de século mais tarde, nada menos que 205 milhões de cidadãos, conforme dados coletados junto à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Um contingente pouco maior que um Brasil inteiro só de pessoas que sobrevivem com recursos sequer suficientes para se alimentar ou bastando apenas para dar conta de suas necessidades básicas.

Tal processo acusa, porém, claro efeito das políticas públicas de combate à pobreza, aplicadas no Brasil e na Venezuela, sobre a evolução do quadro de indigência no triênio posterior a 2003. No primeiro país, responsável em 2008 por uma exata terça parte da soma da população da América Latina e do Caribe, tal situação, caracterizada como de pobreza extrema, atingia 5,3% dos habitantes em 1990. Essa percentagem cedeu para 3,7% em 2006, conforme a Cepal. Entre os venezuelanos, a redução foi particularmente expressiva, chegando a menos da metade: de 9% para 3,8%.

Mais: quem imaginar que a diminuta redução da pobreza na América Latina foi lenta e gradual se engana. A queda de dois pontos percentuais da participação da pobreza na população latino-americana, de 1980 a 2006, foi somente registrada de

fato no último biênio. Pois em 1990 a parcela de pobres subira significativamente. Alcançou quase a metade dos cidadãos latino-americanos — 48,3%, conforme a Cepal. Desde então, um declínio gradativo permitiu que se encerrasse 2006 com uma taxa de 38,5%. Do mesmo modo, os indigentes — 62,4 milhões em 1980, que se transformaram em 93,4 milhões de pessoas em 1990 — terminaram esse período representando um sexto da população da América Latina. No início, equivaliam a 18,6%. Na contramão, o desemprego avançou de 1990 a 2002, evoluindo de 8,8% para 10,4% nas regiões urbanas. Destaque especial neste quesito fica por conta da Argentina, onde o índice pulou de 7,4% em 1990 para 19,7% no início do milênio. O relatório da pesquisa, porém, não informa dados regionais mais recentes.

Quanto à renda, nada mais eloqüente do que verificar que seu valor *per capita* não superou, em 2002, o patamar alcançado em 1973. Do mesmo modo, em 2002 o salário real do Chile, país citado como exemplo da adoção de política econômica neoliberal, não ultrapassava o de 1973, ano em que o general Pinochet deu o golpe de Estado que derrubou o socialista Salvador Allende e instaurou uma ditadura que durou 27 anos.

A maior chaga nessas estatísticas socioeconômicas da América Latina diz respeito ao Brasil. Trata-se da perversa distribuição de renda, aspecto em que a região só perde para a África subsaariana, segundo a investigação da ALOP. Por aqui, informava o Banco Mundial em 2006, os 10% mais ricos da população detinham 48% da renda total e deixavam para os 10% mais pobres um ínfimo 1,6% do bolo.

A quinta parte mais abonada da população latino-americana se apropriava, na média, de 45% a 55% da renda total, conforme o país. O Brasil estava em um dos extremos da estatística: aqui, esse contingente embolsava 61,6%. Na outra ponta, os 20% mais pobres entre os latinos possuíam entre 3% e 6% da renda nacional em média. Os pobres brasileiros se resumiam a dispor de 3,5% do PIB.

Nos meses seguintes às políticas adotadas conforme a cartilha do Conselho de Washington, diz a pesquisa da ALOP, sucederam-se mudanças eleitorais que levaram ao poder partidos com propostas progressistas e irromperam novos atores sociais, construindo, inclusive, maiorias políticas e eleitorais em vários países.

Mas se é evidente a relação de causa e efeito que a instabilidade social mantém com a mudança política que colocou partidos progressistas no poder em vários países da região, nada há de claro no processo que permitiu essa abertura a novas agendas e possibilidades.

Para parte das lideranças populares e de ONGs auscultadas na pesquisa da ALOP, o momento atual abre uma janela de oportunidades para se atacar a

questão da pobreza e da desigualdade. Para outros, não há nada de novo na América Latina: prosseguem não somente o modelo neoliberal como também suas mazelas sociais e políticas.

### **Nova tônica**

Se avaliações discrepantes de conjuntura não são novidade entre lideranças sociais de esquerda no continente, o que, sim, assume ares de novo é a tônica dos movimentos que têm irrompido na América Latina.

O corte analisado pela pesquisa da ALOP, restrito a 2006, foca um ano de perfil eclético. Nele, questões específicas, assim como bandeiras políticas abrangentes e globalizadas, mobilizaram os cidadãos. Reivindicações socioeconômicas e ambientais pontuam aqui, enquanto lutas sociopolítico-eleitorais e de participação democrática erguem, ali e acolá, exigências que vão da reforma política à refundação constitucional de Estados.

Há, no conjunto do conteúdo desses fenômenos sociais, dois cortes claros: um sub-regional e outro a separar movimentos que visam eminentemente a participação política institucional e o aperfeiçoamento democrático daqueles que buscam objetivos socioeconômicos e ambientais por vias distintas. Se os zapatistas de Chiapas, no México, podem ser considerados o marco zero da “revolta” antineoliberal no continente, em 1994, nesses anos 90 o Movimento dos Sem-Terra, no Brasil, ampliou seu impacto, assim como houve mobilizações expressivas na Bolívia, no Equador e Peru e em algumas áreas do Chile e da Colômbia. Sem falar nos piqueteiros argentinos que lhes fizeram coro no Cone Sul. Mas, como diz o relatório da pesquisa, não há razão para ufanismo.

Nesse terreno de lutas antineoliberais expressas com bandeiras globalizadas, fracassaram algumas iniciativas e mobilizações na América Latina, como as que pretendiam evitar a assinatura de tratados de livre-comércio com os Estados Unidos por governos da região. Neste caso, o exemplo de 2006 ficou por conta da Costa Rica, a mais antiga democracia da América Central. De maio a outubro, um movimento para que o governo retirasse da Assembléia Legislativa o projeto de lei que aprovava esse acordo ganhou gradativamente adesões de agricultores, professores, funcionários públicos, artistas, sindicatos, movimentos de cooperação e comunitários, ambientalistas, indígenas, do empresariado nacional e até de comunidades da Igreja Católica, bem como de organizações de mulheres, estudantis, partidos políticos e intelectuais.

No ápice, 150 mil pessoas foram às ruas da capital San José. Formou-se uma frente legislativa, embrião de um novo partido conhecido por Frente Reformista.

Abarcado na Frente Nacional de Apoyo a la lucha Contra el TLC (FNA), o movimento focou sua crítica na forma antidemocrática como era discutido o projeto no parlamento. Paralelamente, acusou o caráter privatista contido na proposta para setores como energia, telecomunicações e previdência social. Chegou mesmo a iniciar uma discussão sobre uma alternativa de desenvolvimento para o país. Aprovado pelo órgão máximo da justiça costarriquenha, o referendo por fim se deu em setembro de 2007. A FNA perdeu por pouco: o Tratado de Livre-comércio (TLC) foi aprovado por 51,6%.

Ainda que o movimento tenha sido derrotado, o exemplo é expressivo. A pequena Costa Rica, que por bom tempo conheceu o estado de bem-estar social, viveu, assim, a maior mobilização de sua história. O país está imerso em uma América Central onde prevalecem os governos conservadores que, na maioria dos casos, sucederam ao fim dos regimes autoritários militares e à pacificação de conflitos armados.

A investigação da ALOP nota que a democracia participativa prevalece hoje na região centro-americana, mas com muitas limitações. No Panamá, outro movimento social relevante desembocou em um plebiscito, também em 2006, mas desta vez com bandeira específica: impedir a ampliação do Canal, considerada prejudicial aos pobres e benéfica ao empresariado. Criada no ano anterior, a Frente Nacional de Defensa de los Derechos Económicos y Sociales (Frenadeso) reuniu sindicatos rurais e urbanos, associações comunitárias, estudantis, indígenas, profissionais e de mulheres. Obrigou o governo de Martín Torrijos a convocar uma mesa de diálogo para o desenvolvimento que acabou desembocando no plebiscito. A campanha pelo Não evoluiu para um espectro muito mais amplo de alvos políticos: contra a oligarquia *criolla*, os partidos políticos, o Tribunal Eleitoral, as estruturas formais de poder econômico, a Igreja e os meios de comunicação. Defrontada com o amplo apoio financeiro que os Estados Unidos davam à parte adversa, ou seja, à ampliação do Canal, a campanha pelo Não terminou derrotada por abstenção estrondosa de 57% do eleitorado e contabilizando apenas 22% dos votos a seu favor.

Contrastam com tais derrotas, até em termos de conteúdo, movimentos que têm ocorrido na sub-região andina. Aí se concentra o que há de mais ativo na última década em avanços sociais na América Latina. Equador e Bolívia assumem a proeminência. Com uma característica particularmente singular na



região: o que os move não é o defensivo, e sim o propositivo. É interessante notar que, dos cinco países que compõem a região — Bolívia, Peru, Venezuela, Colômbia e Equador —, só o primeiro conviveu, entre 1999 e 2004, com um aumento da pobreza. Para o Equador, porém, a Cepal não possui estatísticas relativas esse indicado.

De todo modo, o ano de 2006 foi um marco nos movimentos sociais do Equador, cujo governo de Alfredo Palacio foi forçado a romper o contrato de extração de petróleo que mantinha com a norte-americana Occidental Petroleum Corporation. Fruto de cinco meses de marchas e de interrupção de tráfego em rodovias por movimentos aglutinados na Frente Patriótico por la Soberania Petrolera, com apoio de federações indígenas e camponesas fortemente reprimidas nas jornadas de luta promovidas em vários pontos do país, a quebra do contrato com a companhia petroléira estrangeira acabou fazendo com que as negociações para um tratado de livre-comércio com os Estados Unidos fossem rompidas pelo governo.

Mas não foi tudo: os manifestantes também conseguiram aprovar em plebiscito, com 81% dos votos, a instalação de uma Assembléia Constituinte. Na eleição desta, o Movimiento Alianza País, coalizão que elegeu o presidente Rafael Correa e se recusara a disputar postos legislativos, saiu vitorioso, com maioria absoluta entre os constituintes ao propor nada menos do que refundar a democracia no país.

Na Bolívia, onde o índio Evo Morales foi eleito presidente em 2005 por um movimento político camponês e indígena que não queria ser partido — o Movimiento al Socialismo (MAS), criado em 1997 mas que lograra a segunda maior votação do país em 2002 —, as bandeiras das mobilizações sociais mesclavam no momento da pesquisa da ALOP reclamos antigos a novos.

No país mais pobre do continente, o MAS se apoiou na luta pela nacionalização dos minerais hidrocarbônicos e contra a exportação de gás para o Chile quando, em 2006, realizou a quinta marcha sobre La Paz. Nela, reivindicava junto ao governo a modificação da lei de titulação de terras e tornou vitoriosa a bandeira de uma Assembléia Constituinte, instaurada em agosto daquele ano. Interrompida e depois prorrogada, essa assembléia somente definiu uma nova Carta em dezembro de 2007, que ainda deve ser submetida a referendo popular. Um dos artigos da Carta, porém, já está em vigor. Ele garante o direito de participação política por meio de movimentos sociais e não necessariamente de partidos políticos. O que, de resto, esteve contemplado

na própria Assembléia composta por ambas as forças de representação política. Isso mostra que a Bolívia é o país onde ficou mais evidente a difícil e transtornada relação dos movimentos sociais e populares da América Latina com a instituição dos partidos políticos.

### **Por dentro ou por fora**

Se a Bolívia institucionaliza a participação dos movimentos políticos dentro da democracia formal ao inseri-los no processo eleitoral para cargos legislativos e executivos, em Chiapas, no México, isso sequer é cogitado. Por lá, o caminho passa por fora da política institucional.

“De forma alguma os participantes de La Otra Campaña estão a favor de um candidato ou partido, e continuaremos à margem desse sistema político. (...) O problema encontrado com as alianças foi a articulação de planos entre distintos setores, que não se dá de modo contínuo e formal — de uma organização ou de um setor ao outro —, mas sim de seu próprio modo e forma”, explicou um integrante da Junta de Buen Gobierno, que reúne o movimento zapatista, à ALOP.

O líder é claro ao definir o desafio da Junta: “reunir e coordenar as estratégias que permitem exercer o poder fora dele”. Além disso, conseguir uma organização melhor, que não seja somente fruto de decisões do Exército Zapatista de Libertação Nacional e sim consenso de todos os que participam da Junta, é o outro desafio.

Em suas palavras, isso lhes permitirá “assumir a organização de nosso país de modo diferente a fim de promover o encontro dos zapatistas como os povos do mundo”.

Do local para o universal, os zapatistas buscam fazer uma ponte que se diferencia, claramente, de movimentos como o argentino das *papeleras*, no Cone Sul. Trata-se, aí, de uma questão ambiental — que remete ao grande problema da água —, mas enfocada sob uma ótica que coloca seus interesses em oposição aos de um país vizinho.

No início de 2005, o governo uruguaio autorizou a espanhola Ence e a finlandesa Botnia a construírem um fábrica de papel e celulose em Fray Bentos, à margem do rio Uruguai. Em Gualaguaychu, na outra margem do rio, os argentinos, que têm direito à mútua administração de suas águas, iniciaram, em janeiro, um bloqueio de 45 dias da ponte internacional General San Martín, ligação entre os dois países.

Repetiram a dose em maio e conseguiram que o governo Nestor Kirchner acusasse o Uruguai de desrespeito ao Estatuto do Rio junto à Corte Internacional

de Justiça, em Haia, na Holanda. Paralelamente, o governo argentino se colocou contra a aprovação de empréstimo do Banco Mundial ao Uruguai para a construção das plantas industriais.

Até o presente, a despeito de Buenos Aires ter solicitado até mesmo a mediação do rei espanhol Juan Carlos, não há vitória: o Banco Mundial avaliou que no projeto não há dano ao meio ambiente e aprovou recursos para que a Botnia terminasse a fábrica. A escalada na mobilização logrou deflagrar uma campanha para que argentinos não veraneassem no Uruguai — o que tem afetado a renda desse país —, o bloqueio de três pontes no verão de 2007 e, ainda, a aprovação de uma lei no Congresso argentino para que o país não exporte madeira para seu vizinho. Haia só julgará o pedido de transferência da fábrica neste ano de 2008.

Nas eleições de 2006, os votos de Entre Ríos, a província argentina que protagoniza o caso das *papeleiras*, foram importantes para o suporte parlamentar de Nestor Kirchner. Do mesmo modo que, no Brasil, os votos dos militantes do MST formavam parte do eleitorado do PT na reeleição do presidente Lula. O movimento brasileiro protagonizou diversas manifestações em 2006 e 2007: entre ocupações de prédios públicos e propriedades privadas, bloqueio de estradas e marchas até Brasília em prol da reforma agrária, conquistou o assentamento de algumas centenas de milhares de famílias de trabalhadores sem terra e o atendimento a suas necessidades de saúde, educação e assistência técnica.

Mais específicos em suas reivindicações, que jamais ultrapassam os limites das reformas — ao contrário do que se dá na região andina —, os movimentos do Cone Sul vivem hoje, mais que qualquer outro, o fenômeno mal resolvido de sua relação com o partido que ajudaram a levar ao poder político institucional. Um fenômeno que chega a caracterizar-se como “esquizofrenia”.

Assim, no Brasil, a pesquisa da ALOP encontrou duas vertentes entre os entrevistados — a dos que se batem pela autonomia em relação ao governo, no qual só enxergam a manutenção do modelo neoliberal, e a dos que defendem a cooperação com a gestão de Lula, à qual creditam impulso efetivo para mudanças estruturais, ainda que graduais e lentas.

Um militante chileno radiografou para a ALOP a situação com precisão: “Não se pode, ao mesmo tempo, administrar soluções e reivindicar. Os partidos perderam a dimensão reivindicativa. Os movimentos não respondem absolutamente aos partidos. Seus próprios militantes vivem a esquizofrenia de militar e de atuar, em horas distintas, como dirigentes sociais, exatamente porque o partido é inútil na hora de exercer seu papel de dirigente social.”

Defensivos na América Central e no México, os movimentos sociais não hesitam em deixar para trás partidos e instituições na região andina e tratar de “refundar” Estados. No Cone Sul, como as instituições democráticas absorveram os atores políticos para além dos partidos, os canais de participação se abrem para, no máximo, conquistar reformas no quadro da institucionalidade. Em nenhuma parte da América Latina, porém, eles chegam a formular e, muito menos, colocar efetivamente na mesa uma alternativa de desenvolvimento econômico para o continente que se contraponha de modo global ao modelo neoliberal cujos efeitos combatem. Rocamora, ao voltar para casa, deve ter traçado um panorama um tanto confuso a seus interlocutores nas Filipinas.

## POR CAMINHOS DIVERGENTES

Um país a caminho da decomposição política. Assim a pesquisa da ALOP define o México.

“Na melhor das hipóteses, os movimentos sociais mexicanos lutam para se constituir e se firmar como canais de participação no poder”, define Angel Paz Carrasco, integrante da Enlace Comunicación y Capacitación, uma organização não-governamental dedicada à educação e à militância social no país há 26 anos. “Mas não possuem uma proposta de alternativa acabada de desenvolvimento econômico para o país”, ressalva.

A Enlace atua em cinco estados mexicanos, incluído o distrito federal, e convive neles com estágios diferenciados dessa “decomposição política” nacional.

Tanto Puebla, no centro-sul do México, dona de um dos piores índices de desenvolvimento do país e grande exportadora de mão-de-obra para os Estados Unidos, quanto Oaxaca, na costa do Pacífico, onde 16 etnias vivem sobretudo da agricultura, são governadas por representantes do conservador Partido Revolucionário Institucional, o pri, que por 71 anos comandou o país.

Já em Guerrero, estado turístico também na costa do Pacífico, o poder está nas mãos da agremiação política de esquerda prd, o Partido de la Revolución Democrática que, em 2006, encerrou 77 anos de governo do pri no estado. Seu líder mais conhecido é Andrés Manuel López Obrador, que, ex-chefe de governo da Cidade do México, perdeu a eleição presidencial por um ponto percentual em 2006 para Felipe Calderón, do Partido Acción Nacional, o PAN.

O resultado redundou na maior manifestação oposicionista das últimas décadas no México, com a formação da Convención Nacional Democrática (CND). Trata-se de uma espécie de “governo paralelo” de oposição, que reúne mais do que as forças políticas que apoiaram Obrador no pleito presidencial. Um movimento que, de 16 de julho a 5 de setembro de 2006, levou milhões de pessoas a ocuparem o Zócalo, praça que abriga a sede do governo mexicano, e inúmeros quarteirões da principal avenida da Cidade do México, o Paseo de la Reforma, para denunciar um resultado que acusava de fraudulento e “empossar” simbolicamente o político derrotado, conforme julgamento da justiça.

O PRD governa a capital mexicana desde 1997, e em 2006 assumiu o governo de Chiapas, o estado mais ao sul do país e berço da selva lacandona, que possui uma das maiores biodiversidades no trópico úmido da América, e do Exército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), criado em 1994.

Na sua estratégia de luta, os movimentos políticos e sociais mexicanos podem ser identificados através de três posturas diante do poder político institucional. A CND caracteriza os que se incorporam a instituições democráticas, para, a partir daí, lutar por mudanças políticas. No outro extremo estão organizações como La Otra Campaña, projeto de trabalho com duração decenal formulado em Chiapas pelo EZLN em junho de 2006, cuja meta é gerar um “poder popular ou contrapoder que permita gerar ações contrárias à democracia institucional e ao capitalismo”, nas palavras da ALOP. É, talvez, o único terreno em que já se põe em prática algum tipo de alternativa de desenvolvimento social e econômico no país, ainda que em escala mínima.

Já a Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca, fruto de reivindicações salariais dos professores da Universidad Autónoma Benito Juárez e que, reprimida pelo PRI, acabou desembocando em uma luta de resistência capaz de derrubar o governador e aglutinar amplo espectro de entidades estudantis, ONGs, sindicatos, comunidades de camponeses e indígenas, é o exemplo da postura intermediária. “De fora da dinâmica institucional, busca atuar dentro da lógica do sistema democrático e capitalista”, descreve a pesquisa da ALOP.

No México, ao contrário do que se dava no Cone Sul, quando a ALOP fez sua investigação os movimentos sociais não tinham dúvida de que não alcançaram nenhum grau de representatividade no poder político institucional. Mas também, ninguém por lá lutava para “refundar” o Estado, como se deu e ainda ocorre em alguns países andinos. (M.H.P.)

## UNASUL: OPORTUNIDADE PARA A PARTICIPAÇÃO CIDADÃ?

### PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

*Será promovida a participação plena da cidadania no processo de integração e união sul-americanas, por meio do diálogo e da interação ampla, democrática, transparente, pluralista, diversa e independente com os diversos atores sociais, estabelecendo canais efetivos de informação, consulta e seguimento nas diferentes instâncias da UNASUL. Os Estados Membros e os órgãos da UNASUL gerarão mecanismos e espaços inovadores que incentivem a discussão dos diferentes temas, garantindo que as propostas que tenham sido apresentadas pela cidadania recebam adequada consideração e resposta.*

Artigo 18

Tratado Constitutivo da UNASUL

A UNASUL — União de Nações Sul-Americanas — não empolgou até agora as organizações não governamentais e movimentos populares da América do Sul. Se o fez, foi de modo diminuto, a julgar pelos debates ocorridos na conferência realizada por eles em São Paulo, ao final de maio de 2008.

Com frequência recalcitrantes quanto à participação política institucional, embora parte desses organismos se empenhe em ampliar o que chamam de participação cidadã, seus membros não levaram adiante a discussão quando uma representante gaúcha da ALOP, durante um debate, chamou a atenção para o artigo 18 do Tratado Constitutivo da UNASUL ao qualificá-lo de abertura a ser aproveitada com propostas efetivas de integração democrática e desenvolvimento econômico alternativo para a América do Sul.

O pouco entusiasmo não parece ser apenas o efeito acumulado por séculos de dificuldades para participar do poder político institucional, o que fica muito claro no caso colombiano. “Somos um país onde a participação cidadã logrou conquistar espaços relevantes no arcabouço legal desde a Constituição adotada em 1991, mas ainda encontra empecilhos para ocupá-los e muita dificuldade para fazê-los alcançar resultados satisfatórios”, resume Esperanza González, integrante da Fundación Foro Nacional Colombia, ONG que desde 1982 se dedica em Bogotá a estimular e apoiar esforços em prol da democracia colombiana.

Pois no caso da UNASUL, mais que vislumbrar dificuldades, alguns críticos apontam para limitações impostas logo de saída. Argumentam que, se são conclamados a propor e participar da integração do continente sul-americano, os cidadãos organizados não são incluídos na hora da tomada de decisão, conforme se lê no artigo 21 do tratado constitutivo da entidade supra-nacional. Esse artigo dispõe que as eventuais controvérsias serão resolvidas por negociações diretas e que, caso elas falhem, os Estados-membros em disputa poderão submeter as pendengas ao Conselho de Delegados — no qual não há participação cidadã —, que terá 60 dias para formular a solução. (M.H.P.)

## **GÊNERO: DECISÃO PIONEIRA NA AMÉRICA LATINA NÃO DECORRE DE COTAS**

Guy Correa\*

Em abril de 2007, o legislativo da Cidade do México aprovou a realização de abortos por qualquer motivo no primeiro trimestre de gravidez. Do total de 66 parlamentares que formam a Assembléia Legislativa do Distrito Federal, 46 votaram a favor do projeto. Entre estes, as pontas-de-lança foram oito deputadas — precisamente, uma a mais do que o restante da bancada feminina, que soma 15 mulheres. O legislativo, cuja maioria é formada pelo Partido de la Revolución Democrática, o PRD, criou assim um oásis para a prática legal do aborto no país, majoritariamente católico, onde é particularmente elevado o número de mortes de gestantes pobres. Na Cidade do México, hospitais municipais e privados têm agora a obrigação de proceder ao aborto, uma vez solicitado pela mulher. Apenas médicos católicos podem declinar de fazê-lo.

A questão, como se vê, rachou a bancada feminina do legislativo da capital mexicana, país cuja população, de 103,2 milhões de habitantes, abriga 51,3% compostos por mulheres. Mas não é a primeira conquista de direitos femininos que esse legislativo confere a tal parcela populacional.

Em 2007, mulheres em posições de vulnerabilidade, como as indígenas e as mães solteiras, receberam ajuda financeira do governo do Distrito Federal, segundo a deputada federal perredista Claudia Cruz Santiago, integrante da Comissão de Igualdade e Gênero na Câmara dos Deputados.

Para Patricia Boyco, do comitê executivo da ALOP, “a política das cotas femininas para o parlamento fornece às mulheres, inicialmente, igualdades de oportunidades e, posteriormente, de resultados”. O exemplo do aborto na capital mexicana, uma decisão pioneira na medida em que vai contra à política do governo federal — diferentemente do que ocorre em Cuba e na Guiana, os dois países do continente em que esse direito é legal —, não é capaz de respaldar sua tese, porém.

Se nem sempre há uma correlação entre o voto das representantes políticas femininas e a ampliação de direitos entre mulheres, o fato é que ela ainda povoa o raciocínio de militantes e parlamentares dedicados à questão de gênero.

Atualmente, pouco mais de um quinto da Câmara de Deputados do México, país que adota a política de cotas de gênero, é composto por mulheres: exatos 23,2% dos 500 parlamentares. E, como informa Santiago, seu partido, o PRD, pretende, em sua proposta de reforma do Estado, que seja implantada uma regra de afirmação nada modesta, já na próxima eleição majoritária. No projeto, para cada parlamentar do sexo masculino deve haver uma vaga para uma deputada.

Mais que isso: a julgar pelos debates realizados na conferência promovida em São Paulo pela ALOP, em maio de 2008, os movimentos sociais latino-americanos entendem que as cotas são o principal instrumento para se alcançar o aumento da participação político-institucional feminina na América Latina. Mas a investigação realizada pela rede de ONGs junto aos movimentos sociais e organizações da região demonstra que mesmo analisar a relação entre o recrudescimento da participação feminina verificado nas últimas duas décadas e a adoção desse tipo de regra eleitoral em vários países do continente não é tarefa tão simples.

Entre os 11 países da região que adotaram a política das cotas, a Costa Rica é o que tem maior representação parlamentar feminina na América Latina: 38,6% segundo a ALOP. Na Argentina, antes da última eleição, a adoção do sistema de cotas já havia permitido um salto significativo da participação feminina no Congresso: passou de 25,3% para 36%. No parlamento do Peru, essa fatia é de 29,2%, seguido pelo do Equador — 25% — e de Honduras — 23,4%. A lei de cotas chegou, ainda, a ser adotada na Venezuela, que tem 23,4% de representação feminina no parlamento, mas posteriormente foi revogada.

No Brasil, assim como no Paraguai, as cotas não produziram efeito. Nos parlamentos brasileiro e paraguaio é baixíssima a participação feminina: 8,8%. A metade do que se verifica na Bolívia, que também adota a regra, e praticamente o mesmo que se pode aferir na Colômbia e na Guatemala — 8,2% —, que não praticam tal política afirmativa. Menor índice, somente registraram Belize e Haiti — este com 4% —, países que não adotam cotas.

A explicação para esses exemplos em que as cotas não fizeram efeito é muito vaga nas conclusões do estudo da ALOP, que atribui o fato a “questões culturais”. Mas dá uma pista: em países como Costa Rica, Argentina e Peru, “as mulheres foram capazes de desenvolver alianças amplas interpartidárias, trabalhos intensos no interior dos partidos, além de liderar com vigor o movimento de mulheres e de ter atuado em contextos democráticos nos quais a sociedade gradualmente reconheceu a necessidade de adotar medidas afirmativas como meio para se alcançar maior igualdade.” Vale notar que nenhum parlamento latino-americano tem maior proporção de mulheres do que o Senado argentino: 41,7%.

\* Jornalista.

